

OSÓRIO ALVES DE CASTRO, INTÉRPRETE DA HISTÓRIA DA RACIALIZAÇÃO NO RIO SÃO FRANCISCO

Flávio Dantas Martins¹

Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre a presença de um pensamento sobre a racialização na história do rio São Francisco no romance de Osório Alves de Castro. Num primeiro momento, apresento o autor estudado e sua obra publicada; a seguir, analiso a presença de temas ligados ao racismo na narrativa. A hipótese de trabalho é que Osório Alves de Castro destacou em suas narrativas a existência de uma violência racial ao lado das violências de classe e gênero contra os oprimidos do rio São Francisco como uma persistência da escravidão nas relações sociais. Utilizamos como fontes os romances **Porto Calendário**, **Bahiano Tietê** e **Maria fecha a Porta prau boi não te pegar**. A metodologia se baseia numa história das relações étnico-raciais no Brasil e num diálogo entre historiografia e literatura.

Palavras-chave: Osório Alves de Castro - literatura - racialização - Rio São Francisco

Introdução

Osório Alves de Castro foi um escritor baiano nascido em Santa Maria da Vitória no início do século XX, descendente de escravizados e famílias dominantes locais. Exerceu atividade política local e foi perseguido, se “exilando” na diáspora sertaneja para o sul do país onde aprendeu alfaiataria e desenvolveu laços com a esquerda, filiando-se ao Partido Comunista. Trabalhou em Mato Grosso e interior de São Paulo e se estabeleceu em Marília, onde foi político e alfaiate, além de escrever nos periódicos locais. Chegou a ser detido por suas atividades políticas. Publica seu primeiro romance, **Porto Calendário** em 1961, vence o prêmio Jabuti. Se estabelece em São Paulo, mas a ditadura civil-militar termina colocando sua obra no ostracismo e só consegue publicar, no início da chamada abertura, uma nova edição de **Porto Calendário** e **Maria Fecha a porta prau boi não te pegar** em 1978, ano de seu falecimento. Houve ainda a publicação póstuma de **Bahiano Tietê** em 1990 e ainda constam trabalhos inéditos (PASTANA, 2004).

Os objetivos deste texto² são contribuir na retirada do ostracismo de um dos principais narradores dos subalternos no romance brasileiro, refletindo como seu pensamento tem uma perspectiva histórica crítica da racialização brasileira, especialmente no tocante aos

¹ Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia. e-mail: flaviusdantas@gmail.com

² As idéias contidas nesse texto foram debatidas em minha participação no curso de extensão em Estudos Africanos, Afrobrasileiros e Indígenas na cidade de Barreiras, promovido pelo Coletivo Seconba, UNEB, IFBA - Campus Barreiras e pela UFOB, em nove de dezembro de 2017. Agradeço aos participantes pelo debate.

negros do rio São Francisco, seja no próprio espaço, seja na diáspora. Analisaremos seus três romances publicados, especialmente os trechos da narrativa onde fica mais evidente o tema da racialização em **Porto Calendário** e **Bahiano Tietê**. O tratamento é inicial, mas visa contribuir na divulgação da obra do escritor como importante fonte histórica e como texto de reflexão sobre a história. Nossa hipótese de trabalho é que os romances de Osório Alves de Castro são narrativas que contêm uma reflexão sobre a realidade brasileira, partindo de uma perspectiva de análise do ponto de vista dos subalternos - mulheres, negros, camponeses, artesãos, trabalhadores - incluindo a problemática dos processos de racialização desenvolvidos nas quatro primeiras décadas do pós-abolição, tendo como temática privilegiada a diáspora são-franciscana para São Paulo e a condição periférica e semi-escravista do rio São Francisco no início do século XX. A ficção é quase história porque narra o passado; esse quase passado exerce uma coerção sobre o autor (RICOEUR, 1991, p. 347)

Acreditamos que o texto de Osório Alves de Castro tem uma “cor” negra (CUTI, 2010) na medida em que privilegia o tema da racialização, ou seja dos processos constitutivos de ideias e práticas relacionadas à raça que promovem o racismo. Conforme Wlamyra Albuquerque, fazendo referência a Barbara Fields “o uso da palavra racialização, em vez de raça” possui a vantagem de “exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 35). Nossa hipótese é que a narrativa de Osório tem uma dimensão antirracista e problematiza os processos de racialização que marcam grupos da população, fixam as suas possibilidades e limites em que podem circular e o que podem fazer e determinam as posições que estes grupos marcados podem ocupar (MBEMBE, 2013, p. 62). Em alguma medida, os romances de Osório investigam a sociogenia (FANON, 2011, p. 66), ou seja, as condições históricas e sociais de surgimento do racismo contra os negros no rio São Francisco e contra os nortistas em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Este estudo é uma contribuição aos estudos sobre Osório Alves de Castro e visa chamar atenção para uma lacuna não abordada pelos estudiosos do autor. Paloma Teixeira Lopes estudou as representações do jagunço no romance (LOPES, 2018) e Luiz Antônio de Carvalho Valverde abordou os temas do coronelismo (VALVERDE, 2007b), da memória (VALVERDE, 2010), do amor (VALVERDE, 2008a), da ficção (VALVERDE, 2017), do espaço social (VALVERDE, 2005), da condição estrangeira no próprio país (VALVERDE, 2006a), da linguagem (VALVERDE, 2007a), das imagens do sertão (VALVERDE, 2008b) e

Joycelândia Oliveira estudou os remeiros na literatura barranqueira (OLIVEIRA, 2014). O trabalho fundamental sobre Osório é o de Eliana Pastana que reuniu sua fortuna crítica e fez um estudo biográfico (PASTANTA, 2004).

Porto Calendário

O romance **Porto Calendário** é o mais conhecido do autor, todavia poucos estudos abordaram aspectos particulares do texto. Joycelândia Oliveira (2014), que estudou em sua tese de doutorado os remeiros do rio São Francisco na literatura e usou o romance de Osório como fonte, afirma que a condição de remeiro está associada a homens de cor. Além disso, a rotina do trabalho é análoga à escravidão com longas jornadas, sofrimento físico e pouca remuneração. Ela não menciona castigos e a impossibilidade de rompimento do contrato, feito apenas pela fuga, numa verdadeira continuidade do trabalho degradante no pós-abolição. Oliveira afirma que tais situações são de “sociedade de origem e predominância agrária” (OLIVEIRA, 2014, p. 98), o que não concordamos, pois foi o passado escravista que criou as condições que permitiam uma cultura do trabalho na qual o remeiro é aprisionado ao seu patrão num sistema de escravidão por dívida e de lealdade e troca de favores. Nas barcas, por exemplo, havia delas que os remeiros eram obrigados a servirem nas milícias paramilitares dos barqueiros e de seus partidos, evidente tanto nas pesquisas de Zanoni Neves (NEVES, 1998, 2009) quanto na entrevista do remeiro João de Felix feita pela autora (OLIVEIRA, 2014, p. 100). As condições degradantes e a lealdade se revelam no trecho de **Porto Calendário** citado pela autora na qual o personagem Jasmin de Cachorro, convalescente após receber golpe de sargento no porto, ardendo em febre, mergulha para consertar barca antes de morrer. Após o velório, de acordo com a autora, os remeiros são animalizados pela narrativa como forma de expressar a sua condição degradante de trabalho e vida (OLIVEIRA, 2014, p. 102). O remeiro se sacrificou pelo patrão, o mesmo que enterrava trabalhadores vivos porque havia tido pressentimentos de que morreria da moléstia que sofriam (OLIVEIRA, 2014, 102). Para Oliveira, a religião do Bom Jesus da Lapa era usada pelos barqueiros para justificar a violência e exploração contra os remeiros. Os remeiros, numa mistura de busca por proteção do barqueiro poderoso, desamparo, abandono, estoicismo e resignação cristã, se submetem a tratamentos degradantes, como os castigos físicos impostos aos trabalhadores com o chicote na fictícia barca *Lealdade* descrita por Osório Alves de Castro. Para a autora, **Porto**

Calendário é um documento que descreve como as relações de domínio e submissão dos coronéis e seus jagunços na terra se reproduziam nas águas, dentro das barcas (OLIVEIRA, 2014, p. 103).

Um aspecto importante discutido em **Porto Calendário** é o problema da mão de obra. Osório afirma que houve recrutamentos forçados em Santa Maria da Vitória para lutas na Guerra do Paraguai e de Canudos (RODRIGUES, 2000, 2001, 2009). De acordo com ele, a guerra contra Antonio Conselheiro foi contra a atração que Belo Monte exercia sobre a mão de obra, pois faltavam até quem trabalhasse nas barcas dos rios (CASTRO, 1978b, p. 52). Há um detalhe interessante que não passaria despercebido nos contemporâneos: Osório chama o governador da Bahia de Vianinha, provavelmente uma alcunha regional já que Luiz Viana era um coronel barranqueiro de Casa Nova.

A primeira passagem que chama atenção no livro é a narração da história de Izídio. Filho de uma mulher negra de Santa Maria da Vitória, Inês, Izídio migrou para São Paulo de onde enviou uma fotografia para sua mãe onde aparecia fardado (era ferroviário) e ao lado de sua esposa, uma mulher branca, tendo uma locomotiva ao fundo (CASTRO, 1978b, p. 55). O retrato se torna objeto de peregrinação local. Os meninos da cidade sonhavam em ir para Ribeirão Preto e picham nas muretas do cais “ano que vem São Paulo me têm” (CASTRO, 1978b, p. 57). A personagem Ciríaco tem alucinações onde um dragão o assombrava. O dragão estava nas carrancas das barcas, nas locomotivas e na ponta do chicote dos feitores e preferia a carne dos negros (CASTRO, 1978b, p. 56). A reunião dos pretos em romaria à casa da mãe de Izídio para ver a fotografia causa medo aos coronéis (p. 59). Soldados foram buscar o retrato na casa de Inês, considerada pelos coronéis como a “negra feiticeira” que foi torturada até a morte, mas o retrato seguiu perdido e místico (p. 58). O episódio contextualiza toda a narrativa do romance: o de criação de novas estratégias de dominação dos trabalhadores negros que querem migrar para São Paulo e fugir do cativeiro. Wlamyra Albuquerque discutiu em livro como um dos problemas do pós-abolição foi o da criação de novas estratégias de controle sobre os negros pelos grupos dominantes num contexto em que não havia mais a escravidão para ordenar a hierarquia da sociedade (ALBUQUERQUE, 2011, p. 95). Osório destaca justamente o problema do controle dos trabalhadores negros num contexto em que o cativeiro e as condições de transporte não eram mais um empecilho para a fuga dos mesmos. Duas estratégias aparecem no romance: a escravidão por dívida e as relações de parceria, chamada por Osório de “escravatura das agregações” (CASTRO, 1978b,

p. 172). Um dos questionamentos que motiva o Major Queiróz a atacar a fotografia de Izídio é “o que será de nossas terras sem os agregados?” (CASTRO, 1978b, 58).

Outro esteio da narrativa é o medo que os coronéis têm das “negras feiticeiras” - em **Maria fecha a porta prau boi não te pegar** o tema reaparece, quando a narrativa se inicia com os coronéis do São Francisco em pânico por conta de três mulheres que viajaram das proximidades de Barra em uma canoa com nitro para encontrar seus esposos que foram lutar na guerra do Conselheiro e, assassinadas (nem todas), transformaram-se em mitos (CASTRO, 1978a, p. 25). Além da personagem Inês, mais uma vítima de paranóia dos poderes locais do que uma líder de resistência ou rebelião, embora tenha sido torturada, mas não entregou o retrato, outra personagem se destaca no romance. A negra Marta, na recordação de um coronel, era a “lembrança de dias intranquilos da traição em que ela e o reprodutor branco por quem fora enxertada espalhavam a destruição pelas senzalas”. Ambos tinham uma “meizinha excomungada” e “Ensinavam as escravas a abortar os filhos para não nascerem cativos”. Vagando de “termo em termo”, “o ventre das negras foram ficando vazios, dando prejuízos sem igual. Apesar de esmagar as pretas nas moendas dos engenhos e de se jogar outras para os cardumes de piranhas, não descobriu o engodo”. Marta tornou-se o terror dos coronéis do São Francisco: “Foi ela que botou na cabeça das escravas a palavra excomungada de liberdade”. Orindo Brotas, descendente de Marta, como sua mãe, trazia essas memórias aos coronéis. Um deles, no porto, sentia que “a certeza de existir uma filha da negra Marta excitava seu rancor” (CASTRO, 1978b, p. 74). Osório, além da versão da memória do coronel, apresenta na narrativa uma outra versão da história de Marta. Um dos remeiros da barca que trabalha ao lado de Orindo, mas desconhece ser ele neto da rebelde, rememora: as histórias de feiticeira são mentira. “Dizem que esta negra Marta descobriu um remeiro que fazia as escravas moverem os filhos para não nascerem escravos. Vagou pelos sertões do São Francisco perseguida, destruindo sua meizinha, e se tornou tão odiada pelos donos de escravos e pelas autoridades que tudo fizeram e inventaram para destruírem a tal. Assim continuam fazendo com todos os que se insurgem contra seus privilégios e maldade”. O remeiro afirmava que “os pobres acreditam e aumentam tudo que é do gosto dos poderosos” e lhe atribuem outras histórias, como a de ter seduzido e perdido um capitão Joaquim Teles que deu um tiro no próprio ouvido e outro nela, mas seu corpo teria desaparecido do caixão na hora do enterro ou - o caso da história de Orindo - “a história da mulher com uma criança nos braços, arrastando para o pecado e a morte o velho João Imaginário do Corrente, homem

Santo de verdade”. Marta teria morrido “nos braços de um jacaré” onde “perdeu o encanto” da feitiçaria. O remeiro nega todas estas histórias mágicas e conclui: “queria ser filho desta negra Marta” (CASTRO, 1978b, p. 245).

Na obra de Osório, há uma outra personagem feminina que foi escravizada e se rebelou. Trata-se de Clotilde, negra do rio Corrente que fugiu durante os barulhos - guerra civil - de sua região para Barra onde se empregou com famílias ricas e depois foi trabalhar para o clã Emerenciano em Juazeiro (CASTRO, 1979a, p. 143). A personagem tem destaque em **Maria fecha a Porta prau boi não te pegar**.

Marta era a avó do protagonista do romance, Orindo Brotas. Seu estigma passou por gerações. A filha de Marta é vista como amaldiçoada. Sua união com um Brotas, casa de coronéis locais, desonra a família já empobrecida e decadente. A mãe de Orindo também amaldiçoa João Imaginário, um santeiro e curandeiro prestigioso que a acolhe com o filho (CASTRO, 1978b, p. 71-74). O neto de Marta, ainda criança, visto como Anticristo (CASTRO, 1978b, p. 65) é alvo de agitação da cidade e de outra família de coronéis, os Alfonsus, numa atmosfera escatológica dominada pela guerra de Canudos e por um estado de guerra civil no São Francisco, inclusive com ameaça de sítio pelos inimigos dos Alfonsus que levam à fuga das barcas do porto de Santa Maria da Vitória e intensa mobilização paramilitar (CASTRO, 1978b, p. 83). Durante sua vida escolar em Santa Maria, o menino amaldiçoado pelo sangue da avó feiticeira é isolado de convívio por outras famílias. Orindo cresce vítima do preconceito da sociedade local pela rebeldia da avó materna, apesar do status do sobrenome do pai e do prestígio do pai adotivo (CASTRO, 1978b, p. 126).

Outro destaque de Osório para o racismo é no conflito interno entre grupos dominantes. Na narrativa, não há homogeneidade nesses grupos, sendo que cada personagem é tratada em sua especificidade. Há, entretanto, aspectos de classe marcantes. Os coronéis lamentam o fim da escravidão. Ao mesmo tempo, ele é indissociável da hierarquia racial. Os coronéis comparam os negros a porcos (p. 68). Entre os grupos dominantes, Osório destaca a diferença entre fazendeiros e lojistas. Aqueles são retratados como saudosistas da escravidão e reacionários ao Século, uma alegoria que Osório usa para se referir ao medo que os fazendeiros tinham de republicanos, maçons, espíritas e protestantes (CASTRO, 1978b, p. 51). De acordo com Osório, com a chegada da república os lojistas tentaram modernizar a cidade com iluminação pública, cercas para afastar animais das ruas da cidade, nomes de ruas

e números de casas (CASTRO, 1978b, p. 93, 135). Logo em seguida, os fazendeiros retomam o poder e quebram os lampiões e derrubam as cercas (CASTRO, 1978b, p. 93).

A narração da reunião dos coronéis em Bom Jesus da Lapa na romaria expressa bem essa divisão interna entre fazendeiros e lojistas, pois houve um mal estar quando duas das chaves do cofre que guardava as oferendas ao santo foram entregues a dois comerciantes, um deles tropeiro sem ascendência (CASTRO, 1978b, p. 106). O coronel de Caetité destaca, na narrativa, que desconfia dos comerciantes que chegam com a ferrovia em Pirapora (CASTRO, 1978b, p. 112).

Mesmo na educação, essa divisão é sensível. Conforme Osório, os filhos de coronéis nascem na casta, sendo que os dos lojistas e demais precisam se esforçar para obterem melhores oportunidades de ascensão social através da educação numa escola que reproduzia os valores e hierarquias da sociedade local (CASTRO, 1978b, p. 117).

Wilson Lins em um ensaio clássico sobre a história do Médio São Francisco afirma que havia uma “burguesia comercial dos pequenos centros urbanos” que “depois da derrubada do feudalismo dos antigos fazendeiros, lutava entre si” (LINS, 1983, p. 65). Lins destaca que a endogamia era comum nas famílias antigas e proprietários no rio São Francisco, havendo desconfiança em relação a forasteiros. “A menos que o recém-chegado seja rico, ou descenda das velhas e influentes famílias do Estado, não conseguirá casamento numa das antigas famílias da zona, mesmo nas de origens mais humildes”. Não existindo nobreza de sangue, “antiguidade é que dá nobreza, por aqueles ermos” entre o que Lins chamou de “antiga burguesia rural” tão decadente quanto a “duvidosa aristocracia dos barões municipais dos dois impérios” (LINS, 1983, p. 24). O surgimento dessa nova burguesia rural se relacionava com as novas atividades extrativistas e com a modernização dos meios de transportes, especialmente ferrovias ligando Pirapora ao Rio de Janeiro e Juazeiro a Salvador, e navios a vapor na carreira grande e meia carreira do rio.

Os coronéis sem ascendência que representariam essa burguesia seriam os lojistas de **Porto Calendário**. Conforme Osório, com o fim da maniçoba, os coronéis estavam comprando vapores, fábricas de manteiga, ocupando terras e abrindo usinas (CASTRO, 1978b, p. 138). Os fazendeiros segundo Osório - a “antiga burguesia rural” - por sua vez se diferenciava dos novos ricos por sua ascendência nas famílias que administravam as fazendas das Casas da Ponte e da Torre entre os séculos XVIII e XIX e se tornaram proprietárias das terras e do gado nos anos 1830 e 1840 (NEVES, 2005, 2008; MARTINS, 2012).

Empobrecidos e decadentes com o fim da escravidão, conforme a interpretação de Osório - corroborada com Lins -, restou o saudosismo, a adaptação e o controle dos aparelhos do Estado para se manter no poder. Havia também a estratégia de casamentos já que os novos coronéis queriam “enobrecer” sua linhagem com sangue das famílias mais antigas e casavam-se com filhas dos velhos coronéis, além de diversificarem seus investimentos e adquirirem o prestígio que o gado e a terra ofereciam naquela sociedade. As narrativas de Martins de Oliveira (OLIVEIRA, 1931, 1938) corroboram com Lins e Osório na medida em que mostram os conflitos entre os atrasados Rabudo/Mariani com os inovadores Vim-Vim, na cidade de Barra, opunha na visão do escritor atraso e modernidade (SANTOS, 2016).

As peculiaridades da análise de Osório Alves de Castro são duas: primeiro, não se sentia comprometido com essa nova classe dominante, tal qual Martins de Oliveira e Wilson Lins; segundo, destaca o aspecto racial que a “ascendência” representava, pois enquanto os fazendeiros seriam supostamente brancos, os lojistas eram mestiços, talvez até negros, caso de Bê Martins, coronel de Santa Maria da Vitória personagem de **Porto Calendário**. Geraldo Rocha, diferente de Wilson Lins, falando sobre o antilusitanismo das guerras de independência no rio São Francisco, afirma que as famílias ricas das barrancas traziam rapazes lusitanos para casarem com suas filhas por fazerem questão de manter sua pureza racial (ROCHA, 1940, p. 21).

Outra contradição que Osório destaca é a opressão dos homens pelas mulheres. Na narração de **Porto Calendário**, os aspectos de racialização e classe andam imbricados, embora não sejam idênticos, o mesmo pode ser falar em termos de relações de gênero. A violência que caracterizava essas relações é evidente no episódio do desfile cívico do dois de julho, comemoração da expulsão das tropas portuguesas do Brasil em Santa Maria da Vitória. Conforme a narrativa, nenhuma moça queria representar a Liberdade, síntese das “imundícies da tal civilização” (CASTRO, 1978b, p. 144). A solução encontrada foi colocar Aninha, adolescente pobre filha do lenhador Pedro Voluntário-da-Pátria - veterano do Paraguai que não obteve nada em troca de seus serviços (RODRIGUES, 2001, 2009) - para representar o papel. Após o desfile, os filhos das famílias ricas estupram Aninha num beco da cidade, ainda vestida de Liberdade . Desfigurada e violentada, Aninha protagoniza um segundo desfile pelas ruas, a Liberdade violada que oferecia lenha para os ricos envergonhados, seguida em procissão de mulheres que cantavam ladainhas da Virgem, mulheres que eram loucas ou que foram estupradas (CASTRO, 1978b, p. 161-162). A tragédia de Aninha se conclui quando,

após a morte do pai em um incêndio e prisão do irmão acusado de homicídio, um filantropo a vende como escrava para a empresa Westfalen.

As mulheres aparecem com destaque em **Porto Calendário**, mas não são reduzidas a vítimas passivas. Aninha não tinha nenhuma condição de defesa. Outras são as líderes da resistência aos coronéis, como Tia Gatona. Ela é uma personagem central na narrativa. Ela chega em Santa Maria da Vitória, ocupa a abandonada Mansão dos Bexiguentos e passa a reunir órfãos e prepará-los para viajarem para São Paulo, sendo um deles o protagonista Orindo Brotas. Acusada de ladra por um artilheiro dos que temiam sua atuação, mulheres ricas da cidade confessaram que ajudavam Tia Gatona com doações (CASTRO, 1978b, p. 166). As mulheres da cidade também protagonizaram outro ato de resistência, desta vez contra outra mulher, a personagem Susu Flores. Esposa de poderoso coronel, Susu tinha o hábito de assassinar seus amantes após práticas de sexo para ocultar o adultério. Alfredinho se recusou a dormir com Sussu que o acusou de desrespeitar o coronel Flores e fugiu sob a proteção das mulheres de Santa Maria da Vitória (CASTRO, 1978b, p. 172). O contraste das personagens femininas de Osório com as descrições sobre a condição da mulher são-franciscana nos textos técnicos produzidos por órgãos públicos de planejamento regional (BRASIL, 1953) lembra a consideração de Fanon sobre as mulheres argelinas: retratadas como vítimas impassíveis da opressão machista em uma sociedade tradicional sob a ótica do discurso científico colonial, na verdade são centrais na resistência e rebelião (FANON, 2011, p. 276 - 280). Elisângela Oliveira Ferreira em estudo sobre o sertão do rio São Francisco no século XIX destaca o protagonismo feminino, tanto nas famílias ricas, quanto nas de fugitivos do cativo, em histórias de disputas por terras e liberdade no rio São Francisco entre Xique-Xique e Barra (FERREIRA, 2008).

O romance **Porto Calendário** tem uma personagem que passa rapidamente, mas de forma trágica. Trata-se de Cipriano, ex-escravo que termina enlouquecendo com medo do dragão. Nas palavras da personagem: “Nós, negros, não podemos ser felizes. O dragão não deixa” (CASTRO, 1978b, p. 56). O delírio do dragão reunia o chicote do feitor, representando o passado escravista, a carranca da barca, que representava o trabalho cativo análogo à escravidão dos remeiros e a locomotiva, a continuação da escravidão em São Paulo. Embora essa referência ao dragão-locomotiva seja notável, o tom de **Porto Calendário** é que a emigração é cercada de expectativa de melhores condições de vida para os trabalhadores negros do rio São Francisco. Os emigrantes que vão para São Paulo de **Porto Calendário**,

não são retirantes de caatingas esturricadas, mas trabalhadores que buscam uma vida melhor que a “escravatura das agregações” do rio São Francisco. A personagem de Cipriano retrata bem a continuação da tragédia dos negros. Suas “duas filhas aguadeiras foram levadas rio abaixo por um barqueiro de Petrolina”, “dois menores já pescavam, e ajudavam, mas veio a reclusa do Vianinha e foram para as tropas de Canudos e nunca mais”. “A mulher para ajudar fez farinha de mucunã, mas perdendo a contagem da lavagem se deu o pior: envenenou-se com os filhos e a tragédia do velho Cipriano perdeu-se na miséria de Santa Maria da Vitória como sendo uma fatalidade prometida por Deus” (CASTRO, 1978b, p. 94). Em **Maria fecha a porta prau boi não te pegar** o tema aparece também, quando Osório afirma que a relação entre agregados e dono da terra era de compadrio e jagunçagem (CASTRO, 1978b, p. 44), o que não era muito distinto da escravidão, quando o escravizado trabalhava para si em um lote de terra e lutava armado ao lado dos coronéis (ROCHA, 1940; LINS, 1983; FERREIRA, 2008, MARTINS, 2010; SANTOS, 2017).

Um último aspecto se destaca em **Porto Calendário** é uma passagem com citação à afro-religiosidade em Santa Maria da Vitória. O romance tem referências à religiosidade escatológica daquilo que o historiador Cândido da Costa e Silva chamou de catolicismo de diáspora (COSTA E SILVA, 1982: p. 19). Parte das narrações acontecem em Bom Jesus da Lapa durante a romaria e um dos personagens, João Imaginário, é santeiro e curandeiro, considerado santo pelos brejeiros do rio Corrente. Poderíamos problematizar se essa religiosidade chamada de popular pode na verdade caracterizar um cristianismo negro ou mesmo uma religião dos campos. Há referências ao preconceito dos fazendeiros contra espíritas e protestantes, numa passagem inclusive o líder enfraquecido Zinza Oliveira usa da intolerância religiosa para mobilizar um ataque contra um pastor estadunidense em Santa Maria da Vitória. Todavia, é de destaque uma passagem em que a população de Santa Maria da Vitória em pânico por conta de uma peste que dizima os habitantes da região e alguém resolve colocar a imagem de Xangô no altar do templo católico da cidade. A passagem é curiosa porque revela a naturalidade com que se aceita a prática clandestina de cultos afro-brasileiros no rio São Francisco, sendo a epidemia um momento excepcional que permitiu que os cultos viessem à público.

Bahiano Tietê é a continuação de **Porto Calendário**. A narrativa acompanha as personagens Orindo, Joviniano e Reginaldo que migraram de Santa Maria da Vitória, após passagem pela casa de Tia Gatona, e vivenciaram a experiência da diáspora nortista em São

Paulo, caracterizada, tal qual no romance anterior, pelo racismo, pelo preconceito regional e pela persistência de elementos escravistas e racializantes no trabalho. Utilizamos o termo diáspora (GILROY, 2001; HALL, 2009) com a intenção de associar os movimentos migratórios dos nortistas ou nordestinos em direção ao sul do Brasil com a diáspora negra atlântica por três razões. Primeiro, esses migrantes são caracterizados por sua condição mestiça ou negra. Ainda que sejam considerados socialmente brancos em seus lugares de origem, uma vez no sul, afetado entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, com grande presença de europeus brancos, terminaram em novas posições, negras, na hierarquia racializante de lugares como São Paulo ou Paraná (OLIVEIRA, 1981; ALBUQUERQUE JR, 2007). Portanto, foram enegrecidos no processo migratório de norte para sul. Segundo, essas populações saem do norte seja por fuga de novas formas compulsórias de escravidão, como já foi afirmado acima, no conceito osoriano de “escravatura das agregações”, ou então por expulsão pura e simples da terra, os conhecidos processos de expropriações camponesas, obrigando esses nortistas a migrares em busca de trabalho ou para não morrerem de fome naquilo que Mike Davis chamou adequadamente de “holocaustos coloniais” (DAVIS, 2002). Por último, essas migrações continuam, na nossa hipótese, os movimentos compulsórios de transferência de trabalhadores do norte agrário decadente para o sul capitalista dinâmico do período da escravidão, conhecidos como tráfico interno (NEVES, 2012). Trata-se de uma diáspora dentro da diáspora.

Bahiano Tietê

Consideramos **Bahiano Tietê** um testemunho dessa diáspora. Outros autores já caracterizaram o movimento de migração de nortistas para São Paulo como continuação do tráfico humano. Deocleciano Martins de Oliveira afirmou em conto sobre emigração no rio São Francisco de 1931 que “Aqueles vapores reviveram cenas de navios negreiros!”. Os “trabalhadores [eram], enganados pelos que os aliciavam”, os gatos ou traficantes humanos que lucravam 100\$ “por pessoa que arrebanhavam” (OLIVEIRA, 1931, p. 200). Carlos Lacerda afirma que “cifras de transporte de emigrantes pela navegação do S. Francisco são praticamente desconhecidas, tal o emaranhado de abatimentos, guias de embarque, etc” (LACERDA, 1964, p. 114). Enganados pelos traficantes, alguns nordestinos tentam matar agenciador na volta “pelo logro em que caíram” (LACERDA, 1964, p. 115). Em outro

romance, Osório destaca que o próprio meio de transporte desses trabalhadores vítimas de tráfico no pós-abolição era o mesmo, na escravidão do passado no Brasil e dos Estados Unidos e na escravização contemporânea dos são-franciscanos pobres. Na narração de Osório, o vapor Saldanha, o “caduco ‘Yarrow’ importado que trazia nas chagas dos seus desgastes os negregados dias da escravatura do Mississipi” (CASTRO, 1978a, p. 122-123).

Osório estava ciente da proximidade da migração com o tráfico. Em **Bahiano Tietê** são narradas as condições miseráveis nas quais Orindo viajava com a segunda classe num vapor no São Francisco, inclusive usando sua mão de obra gratuita para serviços de desenclhe, a impossibilidade que os trabalhadores tinham de escolher outro destino uma vez chegando na estação ferroviária de Pirapora, o vagão destinado a gado em que viajavam os nortistas, a falta de alimento, as doenças e mortes que afetavam os “passageiros” e o leilão a que eram submetidos na chegada ao destino. A empresa ferroviária Noroeste era parte fundamental desse tráfico velado, sendo que “Dez mil réis era o preço que os empreiteiros da Noroeste pagavam por cabeça ao encarregado Elói” (p. 71). Uma vez em São Paulo, os imigrantes eram presos sem poder sair livremente, somente após conseguir uma espécie de “passe”. “O aspecto paciente de feira de animais cansados era indisfarçável”. Oriundos “das radiações estaduais para o São Francisco”, “Não era a afirmação regional que os distinguia, e sim, as conveniências da procura. A raça, como nos mercados de gado, tinha sua importância particular” (CASTRO, 1990, p. 65). A feira ocorria no “pátio central onde fazendeiros, administradores e empreiteiros antecipavam a inspeção às peças” (CASTRO, 1990, p. 65). Um dos traficantes, Campanari, “mediu com os olhos a mulher e lembrou-se: ‘Dr. César lhe encomendou uma baiana de Correntina, ditas as mais amorosas da velha Bahia’” (46). Um dos vendedores oferece ao Major, nas palavras da personagem, “um bolo de mineiros, gente preta, mas boa” (CASTRO, 1990, 67).

A Osório não escapou a racialização dos estrangeiros, bem como a sexualização das mulheres vítimas do tráfico. Os compradores de mão de obra disputavam as “peças”. “Fico com a japonesada”, afirma um ao que outro retruca “Japonês é visage, doutor. Esses lituanos pelo menos têm cada fêmea de encher a boca d’água” (CASTRO, 1990, 67). O primeiro afirma que “Não sendo baiano e espanhol, o resto é queijo pra mesa” (CASTRO, 1990, 67). Uma das personagens em São Paulo, o carreiro Segismundo, “Dotado do instinto da inteligência” e que “Gostava de ler” destaca que “diferença entre as casas e a vida dos colonos estrangeiros e dos nossos parece dizer da nossa capacidade, mas não é”. Segismundo fala dos

preconceitos de outras personagens como o administrador da fazenda, Antero, que afirmava que “desgraçado seria o café se não fossem os estrangeiros” e do comerciante português Adamastor que afirmava que “se não fossem os japoneses, estaríamos morrendo de fome” sem arroz e hortaliças. Mas Segismundo destaca que “Antes dos navios despejarem nos portos os imigrantes italianos, o café já mantinha e fortalecia grupos exploradores que tinham a mesma palavra de hoje para o nosso povo: de sermos sujos, preguiçosos e vagabundos” (CASTRO, 1990, p. 81-82).

Em outro momento da narrativa, já no meio dos acontecimentos da revolta paulista de 1932, Osório narra que um “velho mecânico italiano”, com dois filhos no front, “aproveitava a situação para fazer explodir um ódio que trazia de trinta anos”. Tomado pela ideia de “superioridade de sua raça”, o italiano exclamou “Que seria de São Paulo com sua negrada se não fossem os italianos?”, o que motivou uma agressão de um mecânico sergipano que “ofendido” retrucou que “não sou uma estopa”. Um dos oficiais paulistas “divulgava seu ódio contra os nortistas” (CASTRO, 1990, p. 198-199). Com a derrota da revolta, os nortistas que lutaram pelas tropas paulistas foram caçados como bodes expiatórios pela traição responsável pela derrota. A passagem é notável para destacar a existência de racismo associada ao preconceito regional contra o nortista e o aguçamento do mesmo durante a revolta, bem como a dissociação do mesmo com um preconceito social. O episódio lembra o fortalecimento da paranóia do inimigo interno na derrota alemã na primeira guerra mundial. De acordo com a paranóia, bastante alimentada pelos grupos ultranacionalistas e nazistas, a Alemanha venceria a guerra não fosse a traição dos judeus que viviam no país. Antissemitismo e preconceito regional contra o norte, permeados de racismo, se encontram nas derrotas.

Algumas personagens no romance, baianos emigrados, ao encontrarem Bahiano Tietê - novo nome de Orindo Brotas - rememoram sua trajetória e o tráfico do qual foram vítimas. “Fui enganado e vendido para a conserva da Noroeste e nos pantanais de Mato Grosso. Lá vivi quatro anos, quatro anos sem roupa, descalço, recebendo sempre com atraso o que mal dava para pagar os fornecedores de sal, gordura, açúcar e carne charqueada”. Vivendo com uma índia, Ermínio Cabeça de Touro narra a Bahiano Tietê que “tivemos filhos que morreram à míngua e ela um dia enlouqueceu e sumiu para sempre”. Fugiu para Bauru, mas “a polícia me tomou na carceragem”. Todavia, houve eleição e Cabeça de Touro foi “de

jagunço a bandido para os ricos e, como merecia, deixei de ser o baiano para chamar Ermínio Cabeça de Touro” (CASTRO, 1990, p. 78).

Osório retoma o tema da permanência da escravidão nas relações de trabalho no campo no rio São Francisco, desenvolvidas em **Porto Calendário**. Nas palavras de Osório, desde a Colônia, eram as “agregações compostas de gente desvalorizada pela concorrência dos escravos” na qual os agregados recebiam gratuitamente terras para cultivar e cercavam-nas com “madeira branca de cerne deteriorável” que apodreciam um ano depois e eram invadidas pelas reses. Os proprietários “tinham formado na capoeira uma pastagem substancial e reservada para seus rebanhos, sem nada dispenderem” (CASTRO, 1990, p. 119), havendo fazendeiros esclarecidos que eram contrários à prática. Para Osório, no romance, há uma continuidade inerente das práticas de superexploração das populações livres durante o período de vigência da escravidão no período pós-abolição, quando estas práticas de “escravatura das agregações” eram estendidas para as populações brasileiras de ex-escravos, mas das quais não escapavam os trabalhadores imigrantes estrangeiros. Na medida em que os europeus e asiáticos também eram vítimas de trabalho compulsório análogo à escravidão e superexploração, fica evidente que a racialização que também sofriam, junto com os brasileiros, é um dispositivo de controle e legitimação, uma tecnologia e uma ideologia de poder (MBEMBE, 2013, p. 63).

Já no final da narrativa, a personagem Bahiano/Orindo assiste um desfile de “carroças e mais carroças de mudanças entupidas de trastes velhos, cabras, porcos, galinhas”, com as “famílias de ‘colonos’” rumo ao interior do Estado “onde a fama dos ganhos e do enriquecimento rápido os atraía”. Esse “vulgar” espetáculo ainda comovia a Bahiano/Orindo. “Todas as raças transavam para o convite dos contratos semi-escravagistas: japoneses, lituanos, alemães, espanhóis, brasileiros de todos os Estados e a sobra da migração italiana proliferada nas enfermidades e na fome para sonhar com o milagre da propriedade” (CASTRO, 1990, p. 179). Entendemos que essa insistência na comparação com a escravidão não é uma metáfora de efeito dramático pura e simples, mas também uma interpretação da continuidade de determinados efeitos da escravidão nas relações de trabalho no Brasil, caracterizado pela superexploração e pela racialização dos trabalhadores.

Uma parte inicial da narrativa destaca outra faceta do racismo, notada pelo autor, que é a sua presença nas relações amorosas. Orindo/Bahiano conhece Matilde, uma imigrante lituana, numa fazenda onde exercia atividades administrativas. Os dois começam um namoro,

mas o mesmo é interrompido em virtude de um início de reivindicação dos trabalhadores que termina com o espancamento de Orindo/Bahiano, identificado como líder subversivo por ser o porta-voz dos trabalhadores. Bahiano é torturado e colocado num vagão de trem até o interior do Mato Grosso e nunca mais encontrou Matilde, a quem deixou grávida de um filho seu. Durante a relação, uma outra motivação estava no relacionamento para Bahiano, o embranquecimento de sua descendência. Assim, “nada lhe demoveria de suas intenções para com a moça. Nas suas divagações sobre o amor entre muitas estava aquela de se casar com uma mulher estrangeira”. Osório considera sua personagem iludida, pois como se “não existindo história, os filhos nasceriam libertos de certas malícias. Era um acerto” (CASTRO, 1990, p. 85). A comparação com o outro relacionamento de Orindo/Bahiano em **Porto Calendário** e as intenções do mesmo são inevitáveis. Naquele, a personagem principal engravida Clara Dendê, empregada na fazenda de Necão Gomes que fazia sexo com trabalhadores para que permanecessem. A reação de Bahiano/Orindo é oposta. Clara “Trazia nas suas entranhas a continuação de sua sina” (CASTRO, 1978b, p. 199). No “pensamento tomado pela covardia de homem domesticado, fervia uma só idéia: fugir” (CASTRO: 1978b, p. 200-201). “A maldição se repete sobre mim e virá também sobre ele” (CASTRO, 1978b, p. 200). A oposição é inevitável: aos dezesseis anos, trabalhador de fazenda em Morpará, Orindo tinha pavor de continuar sua “maldição” através do filho com Clara Dendê que pertenceria ao fazendeiro e sofreria as mesmas perseguições que ele sofria por ser neto de uma negra rebelde. Anos depois, adulto e administrador de fazenda em São Paulo, deseja filhos, mas agora sem a “mancha de sangue” da maldição da avó, pois teriam a brancura estrangeira da mãe lituana - o que o romancista destaca, era uma ilusão. A oposição lembra a discussão que Fanon faz sobre a brancura como o caminho para o negro encontrar a saída do encerramento de seu ser em uma sociedade racista (FANON, 2011).

O próprio Orindo/Bahiano rememora sua história em São Paulo. Estabelecido no município de Alins, ele se tornou comerciante de automóveis. Outro baiano oriundo da casa de Tia Gatona em Santa Maria da Vitória, o enriquecido Reginaldo Estrela diz a Bahiano/Orindo em uma passagem: “você era o único que trazia uma história que nós todos sabíamos e a tia Gatona procurava destruir. Sua avó foi tida como uma assassina, feiticeira e excomungada. Por isto você foi sempre um fugitivo” (CASTRO, 1990, p. 142). A sua passagem por São Paulo, o contato com personagens de pensamento crítico como Segismundo, a experiência das “colônias” em que os estrangeiros eram melhor tratados que os

brasileiros nortistas, o destaque dado aos japoneses ou aos espanhóis, vítima de um racismo que os hierarquizava abaixo dos lituanos, alemães ou italianos, mas acima dos brasileiros nortistas, especialmente dos negros, tudo isso fez Bahiano rememorar e redimensionar sua herança. Herança da qual Bahiano continuava tentando fugir, inclusive tentando simular a própria morte no final do romance quando tenta atribuir sua identidade a um cadáver e apresentava como prova a cicatriz de remeio no peito (CASTRO, 1990, p. 227-228). Mais um malogro, pois encontra no cemitério uma conhecida que nega ser o cadáver de Bahiano/Orindo. Era a impossibilidade de fugir da história.

As dimensões deste texto não permitem avaliar se há, no romance de Osório, uma posição ambígua em relação à mestiçagem ou se há uma crítica a ela. Os aspectos de crítica ao genocídio indígena e ao racismo que eles sofriam são muito claros. Em uma passagem, uma personagem afirma que “O governo, pôr uma questão de ética, atende o romantismo nacional de proteção ao índio, e como a Noroeste é o setor mais progressista do país, este magote de Coroados parece receber tratamento especial. No fundo é uma farsa. O extermínio criminoso prossegue, lento e cruel” (CASTRO, 1990, p. 130). Em outra passagem, a personagem do fazendeiro Rocco Capelini de Bauru teria chamado os índios de “corja piolhenta” para ofender os baianos presentes que seriam seus descendentes. Uma personagem feminina destaca “É duro de se ouvir, papai, mas não são somente os italianos, espanhóis, árabes ou mesmo japoneses que dizem mal deles. Pior são os brasileiros, que tendo deles o mesmo sangue, a mesma pecha de inferioridade, se associam à difamação” (CASTRO, 1990, p. 131). Essa personagem, América, era descendente de um velho paulista que assistia atônito ao que acontecia com o Estado bandeirante. Daí uma dimensão que poderia ser explorada na obra de Osório, a reflexão crítica sobre a mestiçagem. Em outra passagem há uma afirmação que é um importante indício de que o tema era uma reflexão nos romances. Nas palavras de Osório, “Bahiano não é um nome e sim uma contingência histórica do homem vivendo numa sociedade móvel e instável. Uma das muitas matérias-primas de uma civilização” (CASTRO, 1990, 141).

O romance em que este tema pode ser mais bem explorado é **Maria fecha a porta prau boi não te pegar**, no qual o autor de Santa Maria da Vitória desloca seu olhar para outros locais do rio São Francisco de três problemas comuns aos outros dois romances, mas com personagens e paisagens distintas: “o absolutismo total dos homens contra as mulheres” (CASTRO, 1979a, p. 185), as contradições progressistas e reacionárias internas nos grupos

proprietários e o desenvolvimento econômico no arraial beiradeiro de Araçá do Mel e na cidade de Juazeiro, numa narrativa cujo recorte cronológico vai da guerra civil de Canudos até a grande seca de 1915. Trata-se de um romance distinto e que não será trabalhado aqui por questões de economia de espaço e por estar relacionado a outros problemas, sobretudo o de desenvolvimento econômico e do entrelaçamento entre questões de gênero, raça e trabalho escravo.

Considerações finais

Procuramos demonstrar nesse texto como a obra de Osório Alves de Castro é contemporânea. Os romances podem tanto ser estudados em seu contexto de produção à luz da trajetória do autor e do país, como também vistos, é a hipótese de trabalho central deste artigo, interpretações da história do Brasil de um modo geral e da região do rio São Francisco em particular. Outra possibilidade muito rica é a de recontextualização dos mesmos para pensar a história do rio São Francisco a partir de nossos dias. Tentamos abordar problemas relacionados ao tema do racismo presentes na obra, a nosso ver, um dos principais motes de trabalho do autor.

Abordamos alguns temas que consideramos centrais na reflexão de Osório sobre o racismo. A continuidade das ilegais relações compulsórias de trabalho no pós-abolição, tanto no mundo *atrasado* do rio São Francisco quanto na *modernidade* de São Paulo, o medo que os fazendeiros brancos do São Francisco possuíam da rebelião dos trabalhadores negros - assim como os fazendeiros paulistas tinham fobia aos baianos e nortistas, tornadas evidentes em 1932. Osório aborda as contradições dos grupos dominantes entre o arcaico do ruralismo e as adesões e resistências desse grupo frente à modernidade do Século. Ao abordar a diáspora (são-franciscana) na diáspora (Atlântico negro), Osório destaca a persistência do tráfico humano e da semi-escravidão em que viviam os negros, bem como o racismo que estes sofriam frente aos trabalhadores estrangeiros brancos nas fazendas de São Paulo. O tema do racismo atravessa toda a narrativa e se entrecruza com as relações de gênero abordadas por Osório - que obviamente não usa essa terminologia - sob o tema da opressão dos homens sobre as mulheres e da centralidade das mulheres na rebeldia e na contestação - as mulheres brancas como América (**Bahiano Tietê**), Laura (**Maria fecha a porta prau boi não te pegar**) e as negras como Raimunda, Maria, Clotilde (**Maria fecha a porta prau boi não te**

pegar), Tia Gatona e Marta (**Porto Calendário**) são retratadas sem estereótipo como sujeitos de suas histórias e dispostas a contestar a opressão.

A riqueza da obra de Osório reside nas anacronias. Ao que consta (PASTANA, 2004), elas foram escritas e reescritas ao longo das décadas de 1940 a 1960. Elas tratam de períodos do final do século XIX e primeiras décadas do século XX - **Porto Calendário** vai de 1899 a 1920, **Bahiano Tietê** recobre os anos 1920 e 1930 e **Maria fecha a porta prau boi não te pegar** abrange o período de 1897 a 1915. Hoje elas permitem interpretações e apropriações impensáveis em sua época, sobretudo pelos desdobramentos das discussões sobre gênero, cultura e racismo, bem mais desenvolvidos que os temas das classes sociais mais contemporâneos do autor. Como tratam do problema da posição do rio São Francisco na economia e sociedade brasileiras de então - tanto o tempo das narrativas, quanto o tempo do autor - o processo de modernização capitalista da agricultura que afetou as regiões do rio Corrente e do rio São Francisco tratados por Osório jogam nova luz nos romances e permitem novas leituras, não só dos romances, mas da realidade contemporânea. Osório Alves de Castro pode ser considerado, na nossa hipótese, um intérprete da história do rio São Francisco que ainda tem muito o que dizer se soubermos fazer as perguntas adequadas.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FANON, Frantz. **Oeuvres**. Paris: La Découverte, 2011.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **A prosa barranqueira que intrigou Guimarães Rosa**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 40, jan./jun/ 2009, p. 175-192.

BRASIL. COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Antecedentes do plano geral para o aproveitamento econômico do valo do S. Francisco**. Emendas, discursos, debates, depoimentos, projetos e outros documentos da CVSF entre 1946 e 1948. Rio de Janeiro, 1953.

CASTRO, Osório Alves de. **Bahiano Tietê (romance de transformação)**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

CASTRO, Osório Alves de. **Maria fecha a porta prau boi não te pegar**. São Paulo: Símbolo, 1978a.

- CASTRO, Osório Alves de. **Porto Calendário**. 2 ed. São Paulo: Símbolo, 1978b.
- CASTRO, Osório Alves de. **Porto Calendário**. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1961.
- COSTA E SILVA, Candido da. **Roteiro da vida e da morte**. Um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo: Ática, 1982.
- CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DAVIS, Maike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Tese de doutoramento em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2001.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guarda Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- LACERDA, Carlos. **Desafio e promessa. O rio São Francisco**. Rio de Janeiro Record, 1964.
- LINS, Wilson. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. 3 ed. definitiva. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- LOPES, Paloma Teixeira. **O jagunço e a história vista de baixo no romance *Porto Calendário* de Osório Alves de Castro**. Trabalho de conclusão de curso em História. Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2018.
- MARTINS, Flávio Dantas. **Agrocaatinga: estrutura fundiária, organização social e história econômica de Morro do Chapéu e Xique-Xique**. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana – Feira de Santana, 2012.
- MARTINS, Taiane Dantas. **Da enxada ao clavinote: experiências, liberdade e relações familiares de escravizados no sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2010.
- MBEMBE, A. **Critique de la raison negra**. Paris: La Decouverte, 2013.
- NEVES, Erivaldo. **Escravidão, pecuária e policultura. Alto Sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil**. Alto Sertão, séculos XVIII e XIX. Salvador: EdUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**. Da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local. 2 ed. rev. e amp. Feira de Santana/Salvador: UEFS Editora/Edufba, 2008.

NEVES, Zanoni. **Na carreira do São Francisco: trabalho e sociabilidade dos vaporzeiros**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

NEVES, Zanoni. **Rio São Francisco: história, navegação e cultura**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2009.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da integração**. Os remeiros do rio São Francisco. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

OLIVEIRA, D. Martins de. **Caboclo d'água**. Romance. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1938.

OLIVEIRA, D. Martins de. **No país das carnaúbas**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1931.

OLIVEIRA, Francisco de. **Anos 70: as hostes errantes**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 1, dez. 1981.

OLIVEIRA, Joycelândia. **Homens anfíbios: os remeiros do São Francisco na literatura regionalista**. Dissertação - Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2014.

PASTANA, Eliana Nogueira de Lima. **Osório Alves de Castro (1901-1978): biografia e fortuna crítica**. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2004.

ROCHA, Geraldo. **O Rio de São Francisco**. Factor precípua da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit. T. 3. Le temps raconté**. Paris: Points Essais, 1991.

SANTOS, Nilva Peireira dos. **O Rio São Francisco na literatura brasileira: Deocleciano Martins de Oliveira, progresso e modernização nas primeiras décadas do século XIX**. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em História, Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, Barreiras, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Igor Gomes. **A horda heterogênea: crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação, Bahia (1822-1853)**. Tese de doutorado - História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da pátria na guerra do Paraguai (A participação da Bahia no conflito)**. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai: os Caminhos da memória entre comemoração e esquecimento.** Tese de doutorado em História - Universidade de São Paulo - São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai e festa em Barra do rio Grande.** Anais eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC, Salvador, ANPHLAC, 2000.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **As diversas faces do amor em Maria fecha a porta prau boi não te pegar, de Osório Alves de Castro.** In: Aleilton Fonseca. (org.). O olhar de Castro Alves - ensaios críticos de Literatura Baiana. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2008a.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **Bahiano Tietê: um estrangeiro em seu próprio país.** Anais do Seminário As Américas: Encruzilhadas Glocais, Recife: NEC-UFPE, 2006a.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **História, memória e reconstrução: a lírica de Osório Alves de Castro.** In: SANTOS, Derivaldo dos (org.); HOLANDA, Lourival (org.); CABRAL, Valdenides Cabral (org.); DUARTE, Zuleide (org.). Trama de um Cego Labirinto: ensaios de literatura e sociedade. João Pessoa: Idéia, 2010.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **Linguagem e Identidade no Romance Porto Calendário, de Osório Alves de Castro.** Anais do Colóquio Internacional Cidadania Cultural II: Diversidade Cultural Linguagens e Identidades. Recife: Editora UFPE e Elógica Livro Rápido, 2007a.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **Osório Alves de Castro e as imagens do sertão na literatura.** Investigações, Recife, v. 21, 2008b.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **Osório Alves de Castro nos confins do eu-outro.** Anais do Colóquio Cidadania Cultural pela Literatura, Campina Grande: UEPB, 2006b.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **O coronelismo na visão dos escritores Wilson Lins e Osório Alves de Castro: convergências e impossibilidades.** Sociopoética (UEPB), v. 1 n° 2, p. 85-101, 2007b.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **O espaço social no romance *Maria fecha a porta prau boi não te pegar, de Osório Alves de Castro.*** Anais do Seminário de Teoria, História e Literatura Vitória da Conquista, 2005.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **O ser e o além do ser nas narrativas de Osório Alves de Castro.** Tese de doutorado em Teoria da Literatura. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008c.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **O universo social e ficcional de Porto Calendário.** Aleilton Fonseca (org.); Luiz Antonio de Carvalho Valverde (org.). Porto Calendário. 4 ed. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2017.